

O Nordeste na historiografia sobre a política no Segundo Reinado

Cristiano Luís Christillino*

Resumo

A historiografia sobre a dinâmica política no Brasil, durante o Segundo Reinado, recebeu contribuições de quatro correntes principais: dos estudos de influência weberiana, que privilegiou o “estamento burocrático”; da historiografia marxista, que centrou seus trabalhos em torno do projeto hegemônico dos saquaremas; dos estudos prosopográficos sobre a elite política e da historiografia mais recente que prioriza as redes de relações sociais. Neste trabalho analisamos o grau de participação da elite política do Nordeste nas principais obras destas correntes da historiografia sobre a história política do Segundo Reinado, e discutiremos a necessidade de novos estudos que venham a contemplar as atuações, e influências, dos “grupos periféricos de poder” nos quadros da política imperial.

Palavras-chaves: elites rurais, Governo Imperial, negociação política

Entre a década de 1980 até meados dos anos 1990, as discussões sobre as relações políticas estabelecidas em torno do Governo Imperial estiveram, em sua maioria, voltadas a dois polos: a classe senhorial e elite política. Essas temáticas estão embasadas, principalmente, nas obras de Ilmar de Mattose e de José Murilo de Carvalho.

O trabalho de Carvalho (2003), *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*, trouxe contribuições significativas à historiografia. Ele permitiu o deslocamento da análise da política centrada na figura do imperador, como o faziam Raimundo Faoro (1975) e Oliveira Vianna (2004), para o plano das elites políticas. José Murilo de Carvalho também desenvolveu uma análise empírica profunda dos agentes do poder, propiciando uma análise mais detalhada desses e mostrando a complexidade de tais grupos, os quais não poderiam ser reduzidos a um *estamento burocrático*.

“Não podiam viver eles [os proprietários rurais] de rendas e serviços prestados por camponeses, disponíveis no ócio para os serviços militares e administrativos do Estado, como fazia a elite inglesa. Os proprietários brasileiros eram produtores e homens de negócio que não podiam dedicar-se em tempo integral às tarefas de governo. A falta de estamentalização reduzia seu grau de coesão e também não era

*Doutor em História-UFF e Professor Adjunto da Universidade Estadual da Paraíba.

favorecida pela dependência do mercado interno. Só em raros momentos em que eram postos em jogo alguns de seus interesses básicos (CARVALHO, 2004: 171)”.

Ao questionar a participação efetiva dos proprietários rurais na condução política do Estado, José Murilo de Carvalho defende a sua tese central: a ocupação do poder por uma elite burocrática divorciada da elite proprietária. A questão da formação coimbrã explicaria, segundo José Murilo de Carvalho, a integração da elite à administração central e também o seu afastamento dela. A ocupação e a carreira, especialmente a judiciária, cujos componentes seriam os atores principais da *ilha de letrados*, iriam conferir a outra base desta homogeneidade, sem qualquer tipo de disputa no interior deste ou daquele corpo burocrático. A homogeneidade seria ainda a responsável pela superação dos conflitos intra-elite dominante, ocasionando um regime de compromisso, semelhante a aqueles do modelo conservador.

A figura do Imperador é emblemática na obra de José Murilo de Carvalho. O monarca assume o papel de árbitro, o qual estaria acima das forças políticas imperiais, constituindo uma málgama entre as dissidências políticas no interior da elite. O imperador teria a função de equilibrar as clivagens políticas ao assegurar o rodízio de partidos no Ministério, na escolha da lista tríplice para o Senado e nas nomeações de presidentes de província. Do contrário, haveria uma monopolização política nas mãos de um único partido. A estabilidade política obtida no Segundo Reinado é devida ao poder de arbitragem do monarca.

José Murilo, porém, analisou o grupo político estabelecido no poder, enquanto uma elite burocrática ideologicamente homogênea e divorciada da camada de proprietários rurais, embora contando com o seu aval. Ainda assim, José Murilo de Carvalho mostra que as principais medidas adotadas contra a escravidão estiveram baseadas no apoio das representações das províncias “menos escravistas”. O peso das bancadas do Nordeste, ou do “norte”, se fez sentir na aprovação da Lei Euzébio de Queiróz em 1850, da Lei do Ventre Livre em 1871 e na Lei dos Sexagenários em 1885. José Murilo de Carvalho, ao propor uma análise prosopográfica da elite imperial, contempla as representações políticas das províncias que estavam fora do eixo formado por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Corte. No entanto, não traz os números das bancadas de cada província, apenas as de Pernambuco e da Bahia, sobre as quais volta as suas atenções. Ainda assim, as bancadas de Pernambuco e da Bahia, juntas, corresponderam a 26% dos deputados gerais na década de 1840, e ainda por 30% dos ministros ao longo de todo o Período Imperial (CARVALHO, 2004: 134).

Apesar de discordar em parte de José Murilo de Carvalho, penso que a formação coimbrã teve um peso importante na articulação da elite política brasileira. E analisando os dados apresentados por Carvalho, vemos que 52% dos brasileiros matriculados em Coimbra, entre 1772 e 1872 eram do Nordeste. Logo, os bacharéis desta Região assumiriam um importante papel na integração da sua elite em torno dos rumos políticos do Império. Neste mesmo sentido, caberia uma análise da influência da Faculdade de Direito de Olinda na formação dos quadros políticos do Império, quando a maioria dos seus dirigentes, entre as décadas de 1850 e de 1870, foram formados neste Curso. A partir do final da década de 1870 é que os bacharéis formados pela Faculdade de São Paulo passam a obter uma maior proeminência na política imperial.

A “ausência” dos grupos políticos do Nordeste na dinâmica política do Império é mais flagrante na principal obra da vertente marxista sobre o século XIX.

Ilmar Rohloff de Mattos (2004) realizou uma releitura dos clássicos do marxismo brasileiro¹ e incorporou as discussões sobre a classe social do marxismo inglês e os conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci em torno do estado e da política. Ilmar parte da premissa de que os partidos Conservador e Liberal possuíam programas distintos e o que explicaria a sua possível semelhança era a hegemonia dos conservadores, que se estendeu até meados da década de 1860². Para o autor, os burocratas não eram alheios as suas origens, e quando não ascendiam de proprietários, eles procuravam se integrar às famílias dos fazendeiros, para conquistarem novos espaços econômicos e políticos. Ilmar Mattos defende que a classe de proprietários rurais não só esteve no poder, mas também teve uma “... íntima relação entre a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial”(MATTOS, 2004: 88). A Coroa, na visão de Ilmar Mattos, assumiu a condição de partido³. Enquanto um partido, a

¹ Principalmente Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Paula Beiguelman e Emilia Viotti da Costa.

² Neste sentido, a análise de Ilmar de Mattos se contrapõe à argumentação desenvolvida por Oliveira Viana, que defendia que a ausência de programa e opinião não tornava nítidas as diferenças entre ambos os partidos. Ver: VIANA: 2004.

³ A Coroa é definida como o conjunto de forças políticas e sociais predominantes no Império, associadas em torno do poder político e unidas em função dos seus interesses comuns. Ela atuava como uma espécie de grande agência administrativa, concentrando em suas mãos um poder significativo, ao reivindicar para si o monopólio da elaboração, aplicação e fiscalização das leis, especialmente, na questão da transição do trabalho escravo. A definição da Coroa como partido resolve, analiticamente, um problema de adequação da teoria gramsciana ao Império: a ausência de aparelhos privados de hegemonia que assumiriam a condição de partido, reivindicando espaços de atuação no interior da sociedade civil. A Coroa, nesse sentido, preencheria o vazio da ausência de

Coroa não estava restrita ao papel do imperador, ela então deve ser entendida como o grupo, em torno do qual, se articula a classe senhorial. Dessa forma, a Coroa não atuava como um árbitro das disputas entre as “frações de classe”. Ela própria integrava a classe dominante e buscava criar elos entre os grupos dissidentes que, eventualmente, se afastassem da base de apoio político dos dirigentes do Estado (MATTOS: 2004). Contudo, Ilmar analisou a centralização do poder político, empreendida durante o *Tempo Saquarema*, mas sem levar em conta as negociações estabelecidas entre o grupo dominante no poder central, neste caso, os conservadores fluminenses, e as lideranças políticas das “províncias periféricas”.

O *Tempo Saquarema*, ao destacar a hegemonia dos cafeicultores fluminenses, acabou colocando em segundo plano as províncias do Sul e do Nordeste, no que diz respeito as questões políticas. Não leva em conta a importância da negociação política com as demais províncias, nem mesmo ao peso das suas representações na Câmara e no Senado. Em 1848, quando os conservadores iniciam o *Tempo Saquarema*, a grande maioria das revoltas, que abalaram o jovem Império, já havia sido encerrada. E as elites provinciais, num geral, apoiaram um governo centralizado, capaz de promover a manutenção da “ordem interna”. Houve uma série de acordos com estas elites. Por um lado, os grupos dirigentes locais não poderiam afirmar o seu poder sem o apoio do governo central, por outro, a Coroa não teria forças para “esmagar” novas revoltas e, ao mesmo tempo, enfrentar os conflitos no Prata. As revoltas do Período Regencial mostraram os seus efeitos nefastos nas finanças do Governo Imperial e os recursos gastos nestas campanhas fariam grande falta para os projetos de modernização da economia e de expansão das estruturas do estado brasileiro. As próprias eleições nas províncias exigiam acordos com as suas lideranças. Candidatos do Partido Conservador não eram impostos, eram sim fruto de longas negociações e articulações.

entidades que, presentes nos Estados europeus capitalistas (para os quais Gramsci voltou sua atenção), estavam praticamente ausentes na sociedade escravocrata brasileira do século XIX. Mas, se Ilmar resolve um problema de adequação teórica por um lado, ele entra em contradição por outro: a definição de partido como um ser coletivo. O Partido, na visão gramsciana, a qual pretende seguir o autor, é todo e qualquer aparelho privado de hegemonia organizado em grupo, enquanto os partidos tradicionais, no caso do Império, o Conservador e o Liberal, seriam frações de partido. As instâncias administrativas de um Estado, como os ministérios, tribunais e o executivo (em nosso caso a Coroa), fazem parte da sociedade civil e, nesses, os aparelhos privados de hegemonia disputam espaços. O executivo é disputado por frações de classes, que buscam a hegemonia política em seu interior, ele não é diretamente a representação dos interesses de toda a classe dominante sem ocorrer a intermediação de um órgão representativo de pressão.

A historiografia mostra que a elite política baiana foi um dos principais bases para a votação das leis em torno da escravidão. No entanto, é preciso entender a sua relação com a Coroa a partir de uma ampla esfera de negociação política. A *Athenas Brasileira*, nas palavras de Castro Álvares (LEITE: 2012), recebeu, pode-se assim dizer, um tratamento diferenciado ao longo do Segundo Reinado. Suzana Cavani Rosas afirma que a “Bahia acabava sempre obtendo favores e concessões do governo central nem sempre acessíveis as demais províncias de sua região” (ROSAS, 1999: 67). Cavani ainda mostra que enquanto a elite pernambucana ansiava por uma casa de créditos na década de 1850, nenhuma capital do nordeste possuía tantos bancos como Salvador (ROSAS, 1999: 86). Na mesma direção discussão da “questão bancária” incluímos a “ausências de colônias” no Nordeste.

Evaldo Cabral de Melo consolidou na historiografia a visão da monopolização da colonização imigrante nas províncias do Sul (MELLO, 1999: 67-100), a sua análise reflete o que poderíamos denominar de “visão da perda histórica” do Nordeste em relação ao Sul. No entanto, as colônias de imigração não estavam no centro das atenções das elites do nordeste. Este foi o caso dos fazendeiros da Zona da Mata de Pernambuco. Por um lado, não ocorreu a escassez de mão de obra para as lavouras canavieiras, nem àquelas de alimentos, pois a estrutura fundiária mais antiga permitiu a formação de um vasto grupo que não tinha acesso à terra, ou então de pequenos proprietários, que precisavam vender a sua mão de obra como uma fonte de complementação de renda. Além disso, as secas também provocavam um grande afluxo de pessoas à Zona da Mata. Por outro, a lucratividade do açúcar não permitiria a introdução das colônias de parcerias, a exemplo do que constatou o político alagoano João Lins Cansação de Sinimbu. Ele ocupou a presidência da Província de Alagoas em 1840 e a da Bahia entre 1856 e 1858, mas, nas duas unidades do Império, não defendeu a criação de colônias de parceria, como mostram os seus relatórios. Na presidência da Bahia, Cansação de Sinimbu encaminhou a criação da Colônia Salto do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, com a população “já existente” no local e, principalmente, para abrigar as pessoas que se refugiavam da seca.

Os senhores de engenho de Pernambuco contavam com farta mão-de-obra livre disponível para o trabalho nos engenhos, a população que migrava durante as secas do Agreste e, principalmente, do Sertão, formava excedentes populacionais que preocupavam os presidentes de província. Algo que se acentuou durante a grande seca entre 1877 e 1879.

Neste período foram criadas as colônias Socorro, na Zona da Mata, e a Riacho do Matto, esta última no Agreste, com 1.100 famílias, para a afixação de retirantes. Em 1878, em torno de 60 mil pessoas afluíram para a capital pernambucana e seus arredores⁴. Neste sentido, as lavouras de cana-de-açúcar e de alimentos, em Pernambuco, não exigiam a introdução de colônias de imigrantes para o abastecimento de “braços”. As preocupações centrais da elite econômica pernambucana eram outras, e por esta razão as suas lideranças políticas não focaram na criação de colônias imigrantes em suas articulações, e aproximações, políticas com a Coroa.

Suzana Cavanidiscuti a aproximação dos gabinetes conservadores com os líderes, e dissidentes, pernambucanos nas décadas de 1850 e 1860. Trabalhando o jogo de forças políticas estabelecido entre os políticos pernambucanos e os gabinetes ministeriais em torno de questões diversas, Cavaní mostra que as negociações foram intensas entre a elite pernambucana, especialmente os gabirus (conservadores) e a Coroa. Havia, inclusive, o temor de uma revolta em 1852 em Pernambuco (ROSAS: 1999). Desta forma, as negociações políticas estabelecidas entre a Coroa e as elites baianas e pernambucanas mostram que a *Hegemonia Saquarema* não permite explicar as suas respectivas inserções no cenário político brasileiro.

Em trabalhos recentes, há tentativas de mostrar as relações e as alianças estabelecidas entre os dirigentes do Império e as elites provinciais.

Richard Graham analisou a política no Brasil Imperial e mostrou que a relação entre o governo central e as elites locais ocorria por meio de uma ampla rede de relações clientelísticas (GRAHAM: 1997). Essas “ligações ansiosas” ligavam a paróquia mais distante até a Corte. Os partidos políticos eram facções, nas quais os homens disputavam espaços, algo que estava acima de um programa ou de uma ideologia. Graham defende que os esforços dos políticos, no século XIX, não estavam restritos nem aos interesses dos donos de terras e comerciantes e nem ao fortalecimento do poder moderador, as suas “energias” estavam voltadas à construção e ao alargamento de sólidas redes clientelísticas. Clientelismo constituía a trama de ligação política no século XIX (GRAHAM: 1997). Richard Graham mostra, com grande riqueza empírica, a relação estabelecida entre o governo geral e as elites locais.

⁴ LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcante de. *Falla com que o exm. sr.dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da provincia, abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*. Recife, Typ. de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1879.

Entretanto, o autor não explora o contexto de negociação política entre os potentados locais e o centro do Império, uma relação, na qual as forças periféricas barganhavam os seus interesses mais imediatos. Sua análise também se concentra nas províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e da Bahia. A obra de Graham abre caminho para outros trabalhos que venham abordar a relação política entre o poder central e o local. Profundo conhecedor da dinâmica política do Império, Richard Graham, ao analisar o clientelismo em torno do governo central, elegeu a Bahia enquanto foco de análise, ao lado das “províncias cafeeiras”. Seu objetivo central não era medir o peso político das elites de cada uma das províncias estudadas, mas a sua análise mostra que o estudo dos “núcleos principais” das lideranças políticas imperiais não pode se reduzir ao Sudeste.

Em obra recente, Maria Fernanda Martins (2007) também contribuiu para a discussão sobre a relação política estabelecida entre a Coroa e as elites provinciais. A autora analisou o Conselho de Estado e mostrou que os seus membros possuíam ligações familiares com os integrantes das camadas dominantes de outras províncias, e suas relações permitiram a construção de redes interprovinciais, o que integrou essas elites ao poder central. Maria Fernanda Martins mostrou que o Conselho de Estado atuou na consolidação da centralização do Estado Monárquico e agiu como um intermediário nas negociações entre o poder central e os interesses dos terratenentes locais. Apesar de esta política ter sofrido um visível desgaste após 1868, com a queda do Gabinete Liberal de Zacarias Góis, a aproximação das elites dissidentes também esteve entre as principais atenções do Conselho de Estado. A autora defendeu que o processo de centralização política, entre as décadas de 1840 e 1860, não foi implementado por meio de uma direção única, imposto do centro à periferia do Império e nem fruto de interesses econômicos ou políticos específicos. Ele foi resultado de uma articulação dos diversos segmentos da elite e a articulação, em torno das estratégias familiares, permitiu, em boa parte, o êxito desse processo (MARTINS, 2007). Maria Fernanda Martins contribuiu, significativamente, para a discussão da temática, ao deslocar a análise dos líderes e trabalhar a constituição de um capital político construído a partir das famílias e das redes de relações nas quais estavam inseridos os conselheiros. Maria Fernanda também dirige suas atenções às famílias dos conselheiros baianos e pernambucanos, mostrando o poder de alcance das suas redes de relações sociais.

Além do peso das articulações políticas de algumas famílias, a Província de Pernambuco apresentou singularidades que tornam as pesquisas, em tono da sua trajetória histórica, imprescindíveis à análise de um quadro mais amplo das relações estabelecidas entre o governo central e o poder local no Brasil oitocentista. Pernambuco, além de ter sido o maior produtor de açúcar ao longo do Período Imperial, também concentrou um grande número de agitações políticas.

A Praieira (1848-1849) constituiu um marco na História do Império. Foi um movimento complexo, que envolveu desde as famílias mais ricas até as camadas dos “homens livres e pobres”. A Insurreição Praieira teve um impacto maior do que as revoltas liberais em Minas e São Paulo, em 1842, e também foi a última grande sublevação enfrentada pela Coroa em sua fase de consolidação. A Praieira foi antes uma acirrada luta entre grupos rivais locais do que uma resistência da elite pernambucana (unida) ao governo central (CARVALHO, 2008:121-183), mas que o desafiou ao ignorar as suas determinações. A pacificação desse conflito foi a expressão da política de negociação da Coroa com as elites locais. A própria anistia concedida pelo imperador a alguns dos líderes praieiros mostra a preocupação do Governo Central em selar alianças com rebeldes, amplamente apoiados na Província.

Pernambuco também contou com o maior contingente da Guarda Nacional no Segundo Reinado, cujo efetivo somava 64 mil homens em 1867⁵. À época, a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, o principal apoio da Coroa nos conflitos platinos, tinha aproximadamente 26 mil soldados. O núcleo da milícia em Pernambuco era essencial à manutenção da ordem interna nesta conturbada Província. Assim, mesmo com o deslocamento maciço de escravos para o Sudeste, o contingente miliciano pernambucano permaneceu extenso, mostrando que a questão política do “Norte” estava no centro das atenções da Coroa. Desta forma, mesmo no interior das visões centradas na hegemonia dos conservadores fluminenses, a trajetória de Pernambuco não deveria permanecer “periférica”.

A partir das contribuições de José Murilo de Carvalho, Ilmar Mattos e Maria Fernanda Martins, além de todo um conjunto de estudos regionais que abordam as articulações políticas das elites políticas provinciais, e também das pressões populares ou as articulações dos

⁵ ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado da Justiça Martin Francisco Ribeiro Andrada*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1867, p. 19.

homens livres e pobres, surge o desafio de desenvolvermos pesquisas que permitam analisar a dinâmica política do Império a partir da negociação política estabelecida entre a Coroa e os membros das mais diversas, e remotas, freguesias.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. *Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848*. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 2, p. 121-183.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Edusp/Porto Alegre: Editora Globo, 1975. VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: PPGH/UFBA, 2000.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O NorteAgrário e o Império, 1871-1889*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ROSAS, Suzana Cavani. *Os emperrados e os ligeiros: a história da Conciliação em Pernambuco (1849-1857)*. Tese de doutorado em História. Recife, CFCH/UFPE, 1999.

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.